

**35ª Encontro Anual da ANPOCS**

**GT 32 – Sexualidade e Gênero: sociabilidade, erotismo e política**

**DE “DOIDAS E PUTAS” A “RESPEITÁVEIS MILITANTES”:  
um histórico do movimento de travestis e transexuais no Brasil**

**Mario Felipe de Lima Carvalho**

Neste texto<sup>1</sup>, busco reconstruir uma história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Partindo da emergência da “travesti” como categoria identitária, relato o surgimento das primeiras organizações, com destaque para suas interlocuções com as políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS. Trato também de dois processos de disputa interna no movimento; a luta pela inclusão de travestis no então movimento homossexual e o posterior embate entre as categorias “travesti” e “transexual”. Por fim, descrevo, a partir dos relatos de minhas colaboradoras<sup>2</sup>, a atual conjuntura do movimento.

### **A emergência da/o “travesti” como categoria identitária**

Recentemente, Costa (2010) faz uma interessante descrição da fluidez das categorias identitárias em disputa nos circuitos de sociabilidade homoerótica do Brasil na década de 1960 através de uma análise de um dos primeiros periódicos voltados a “homossexuais masculinos”, o jornal *O Snob*<sup>3</sup>. Nessa análise percebe-se empiricamente o processo de passagem do que Fry (1982) chama de “modelo hierárquico” para um “modelo igualitário” no discurso hegemônico apresentado pelos colunistas do jornal. No início da década de 1960, há um predomínio de um sistema classificatório calcado na posição supostamente assumida durante o ato sexual, aspecto crucial de uma performance de gênero que identifica o “passivo sexual” à mulher e ao feminino. As relações afetivo-sexuais são baseadas na norma heterossexual que dicotomiza o gênero e produz as categorias identitárias complementares de “bicha” e “bofe”, características do modelo hierárquico (FRY, 1982). Nesse sentido, a idéia de “terceiro sexo” é fortemente

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado das investigações realizadas para minha dissertação de mestrado no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo dessa pesquisa foi investigar os discursos relativos à diferenciação entre as identidades coletivas de travestis e transexuais no âmbito do movimento LGBT brasileiro e sua repercussão nas demandas e proposições de políticas públicas, assim como na própria organização do movimento. Para isso realizei etnografias nos encontros nacionais do movimento LGBT, assim como nos específicos de travestis e transexuais, conforme a possibilidade do calendário de tais eventos (Nov/2009 a Dez/2010). Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com travestis e transexuais que são consideradas como lideranças dentro do movimento.

<sup>2</sup> Ainda nas discussões sobre o projeto dessa pesquisa com meu orientador, decidimos por propor que as falas das colaboradoras fossem indicadas por seus nomes sociais, ou seja, que elas não se mantivessem anônimas. Devo destacar que nenhuma delas apresentou objeção alguma a isso, pelo contrário, algumas exigiram que assim o fosse. Após transcritas, as entrevistas foram enviadas para possíveis correções e somente a versão final foi utilizada na análise. A opção por não utilizar nomes fictícios passa, fundamentalmente, pelo fato de as vozes que busco apresentar serem de figuras públicas e trazerem posicionamentos e elaborações políticas que, a meu ver, de modo algum podem ter suas autorias omitidas.

<sup>3</sup> “Trata-se de um jornal doméstico, de temática ‘homossexual’, idealizado e produzido por Agildo Guimarães no período de 1963 a 1969.” (COSTA, 2010, p. 9)

difundida como explicação da “homossexualidade”, termo este que só aparece mais tarde nas publicações d’*O Snob*.

Neste período, o termo “travesti” não é utilizado propriamente como categoria identitária. Por diversas vezes ele aparece em expressões como: “ter um travesti” e “estar em travesti”. As “bichas” muitas vezes realizavam festas e concursos nos quais se vestiam com indumentárias femininas e assim apareciam “em travesti”, prática que era proscrita para os “bofes”. Um bom exemplo dessa situação eram os famosos bailes de travestis realizados durante o carnaval no Rio de Janeiro (COSTA, 2010; GREEN, 2000).

No final da década de 1960 começa a aparecer de forma mais evidente uma nova categoria identitária: “o entendido”. Este estaria relacionado ao modelo igualitário proposto por Fry (1982), no qual dois “homens”, ou dois “entendidos”, se relacionam independentemente dos papéis de gênero e da posição durante o ato sexual, eliminando a dicotomia “bicha X bofe”. Através das páginas d’*O Snob*, as identidades em disputa geram diversos atritos e acusações de ambos os lados. As “bichas” por vezes acusam os “entendidos” de serem “bichas enrustidas” ou “falsos bofes”, por sua vez os “entendidos” acusam as “bichas” de prejudicarem a aceitação social da homossexualidade por agirem de forma efeminada e exagerada (COSTA, 2010).

Se a proposta de conquista de respeitabilidade social está associada a uma ruptura da relação entre homossexualidade e feminilidade, as figuras que mantêm tal relação se tornam personificações do estigma homossexual. Esta proposição é corroborada por Esther Newton (1979) em seu pioneiro trabalho sobre *drag queens* nos EUA durante a década de 1960. Nele, a antropóloga aponta que experiências de gênero semelhantes ao que reconhecemos hoje como travestis seriam a personificação do estigma homossexual, uma vez que “quando homossexuais falam sobre ‘o estereótipo’, eles se referem ao estigma da efeminação”<sup>4</sup> (NEWTON, 1979, p. 3, tradução livre). Tal situação se exemplifica no senso comum da “travesti” como último passo no desenvolvimento de uma carreira homossexual.

Ainda no âmbito d’*O Snob*, as propostas de conquista de respeitabilidade se configuram em mudanças de comportamento por parte dos homossexuais. Porém, nos anos de 1980, uma segunda geração do movimento homossexual brasileiro se constituiu com uma política mais pragmática de conquista de direitos, sendo o Grupo Gay da Bahia

---

<sup>4</sup> “When homosexuals talk about ‘the stereotype’, they refer to the stigma of effeminacy.”

e o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, seus principais representantes. Entre as conquistas dessa época estão a retirada do “homossexualismo” do rol de patologias mentais pelo Conselho Federal de Medicina, antes do mesmo ser feito em âmbito internacional, e a alteração do Código de Ética dos Jornalistas, como aponta Câmara (2002).

Entretanto, a principal empreitada dessas organizações nos anos 1980 foi a luta pela inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição<sup>5</sup>. A escolha do termo “orientação sexual” foi um processo que envolveu a consulta a diversos pesquisadores na área de estudos de gênero e sexualidade. Importado da sexologia, a opção por este termo traz consigo o fortalecimento da separação entre performance de gênero e desejo sexual, contribuindo para afastar o estigma da efeminação. Assim, ao pleitear a inclusão do termo “orientação sexual” como direito e garantia individual relacionados à identidade homossexual, busca-se formalizar que a “diferença” na experiência homossexual está unicamente relacionada a se desejar um pessoa do “mesmo sexo” e não a desejar “ser do sexo oposto”.

Nesse momento, a distinção que antes era feita entre “entendidos” e “bichas”, se reconfigura na distinção “homossexual” e “travesti”, como relata Câmara (2002), ao analisar as declarações do presidente do grupo Triângulo Rosa, João Antônio de Souza Mascarenhas, à Assembléia Nacional Constituinte:

João Antônio de Souza Mascarenhas esteve como membro do Triângulo Rosa e participante do movimento gay, proferindo palestras nas plenárias das *Subcomissões dos Direitos e Garantias Individuais, e na dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*, respectivamente, em 20 de maio e 24 de junho de 1987. Nas duas ocasiões, afirmou que haveria na sociedade uma confusão entre o homossexual e o travesti, o que para o movimento gay seria um grande erro. Há, segundo ele, *o homossexual comum e há o travesti, que em muitos casos são prostitutos e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas*. A imagem predominantemente atribuída ao homossexual, na verdade corresponderia ao travesti e esta aproximação atrapalharia o movimento organizado. (CÂMARA, 2002, p. 57, grifo no original)

A fim de evitar uma possível confusão, devo esclarecer que “**o travesti**” descrito por João Antônio de Souza Mascarenhas como o outro poluído é um correlato da “bicha” exagerada (“pintosa” ou “fechativa”) que, ao “**ter um travesti**”, exacerba a feminilidade,

---

<sup>5</sup> “Na Constituição de 1969, no Título II – Da Declaração de Direitos, Capítulo IV – Dos Direitos e Garantias Individuais – Parágrafo 1º do Art. 153, estava garantido que : *Parágrafo 1º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.* (...) A demanda do movimento gay era incluir a expressão orientação sexual (...) no Parágrafo 1º” (CÂMARA, 2002, p. 111, grifo no original).

fortemente condenada nas últimas edições d'*O Snob*. De toda forma, nesse processo, “travesti” parece se tornar lentamente uma categoria identitária nos anos 1970 e 1980<sup>6</sup>.

Green afirma que:

Enquanto na década de 1960 os travestis podiam ser vistos apenas durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos *shows* de travestis, os anos 70 assistiram a uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e de outras cidades grandes, vendendo o corpo em troca de dinheiro. (GREEN, 2000, p. 379)

Apesar do anacronismo do autor ao colocar a existência de travestis na década 1960, quando o mais correto seria pensar em homens “em travesti”, é válido notar que a “proliferação acelerada de travestis” está relacionada à prostituição, fato que se configura em argumento político nos discursos de João Antônio de Souza Mascarenhas. Ainda assim, “ser travesti” e não “ter um travesti” vem associado a uma série de transformações corporais que com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, se tornam possíveis e cada vez mais sofisticadas<sup>7</sup>.

Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como categoria a ser incorporada pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. A construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas fossem relacionados à identidade “homossexual” ou “gay” (como se configuraria anos depois). Para isso, o conceito de orientação sexual foi fundamental para a distinção entre os dois coletivos. Logo, é possível afirmar que a categoria identitária “travesti” é relativamente mais moderna que a categoria “homossexual”, não se tratando, portanto, de uma categoria tradicional. Melhor dizendo, é no topo das transformações por que passa a categoria “homossexual” nos anos 1970, que se projetam gays, de uma lado, e travestis, de outro.

Por outro lado, o surgimento do debate público sobre transexualidade e a possibilidade de construção da categoria transexual como uma identidade parece bem mais recente, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Destaco de antemão

---

<sup>6</sup> Encontrei menções a “travesti” como categoria identitária em edições de 1980 e 1981 do jornal *Lampião da esquina*, também de circulação nos circuitos homoeróticos da época (Ano 2, Nº 22; Ano 3, Nº 32 e Nº 35). Em algumas matérias, já aparece uma distinção entre “os travestis” e “os transexuais” com base na genitália e na associação do “transexualismo” a uma patologia psiquiátrica.

<sup>7</sup> Além desses fatores, destaco o progressivo arrefecimento, na segunda metade da década de 1980, do controle policial das ruas que havia sido promovido durante os anos da Ditadura Militar.

que a popularização de tais termos esteve por vezes relacionada ao discurso médico-psiquiátrico, além da ampla divulgação na mídia do caso Roberta Close.

### **A emergência de um movimento**

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituíam na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, se reuniu para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo. A Associação das Travestis e Liberados<sup>8</sup> do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu de uma necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá. A ação policial contra as travestis, que acontecia na época, é descrita por Jovanna Baby<sup>9</sup>:

*Eu morava no Rio de Janeiro nos anos 80 e eu fazia programa. Eu era profissional do sexo. Aí, a polícia perturbava muito. A guarda municipal do Rio<sup>10</sup> perturbava muito. A sociedade perturbava muito... Perturbava, não queria que a gente ficasse na Central do Brasil. Não queria que a gente ficasse na Lapa. Não queria que a gente ficasse em Copacabana. Aí, a polícia perturbava, vivia enchendo aqueles ônibus “coração de mãe” e levando todos os dias para as delegacias. E aí, o que eles faziam? A gente ficava na delegacia de 7 até às 4 da manhã, justamente para eles impedirem a gente de ganhar o nosso sustento. A gente não sabia o que fazer. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

Assim, as primeiras ações da ASTRAL foram no sentido de impedir a prisão indiscriminada de travestis no Rio de Janeiro ganhando, segundo Jovanna Baby, uma certa repercussão na mídia:

*O prefeito Conde quando assumiu, determinou que a Guarda Municipal prendesse as travestis nas ruas do Rio. E a gente foi para lá, enfrentar ele e dizer que a guarda não tinha poder de polícia, e [...] mandamos uma reclamação diretamente ao Comandante da Polícia e quem acabou sendo preso foi a Guarda Municipal que estava fazendo um serviço que não era deles... prender as pessoas. Aí a gente saiu na imprensa, saiu em um monte de lugares. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

---

<sup>8</sup> O termo “liberados” se referia a “gays, lésbicas e pessoas simpatizantes” segundo informação de Jovanna Baby. Outras ONGs foram fundadas fazendo uso desse termo, como no caso da ASTRAL-GO, numa versão mais sexual para o seu significado. Nas palavras de Bete Fernandes: “Liberados eram homens que namoravam com as travestis... é... homens... essas coisas, eram liberados... podiam casar com gay, com travesti, com transexual... eram liberados”.

<sup>9</sup> Indispensável para a realização dessa pesquisa, foi fundadora da primeira ONG de travestis do Brasil, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL). Também organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados em 1993. Hoje reside em Picos, Piauí, e é a atual presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

<sup>10</sup> Provavelmente se tratava de outra força policial, pois a Guarda Municipal do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Municipal 1.887 de 27 de setembro de 1992 e oficialmente implantada pelo Decreto Municipal 12.000 de 30 de março de 1993. (Fonte: [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br))

O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado “Saúde na Prostituição” que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a se realizar as reuniões da associação. A influência das políticas públicas de combate a epidemia da AIDS parece ter sido crucial também na constituição das outras organizações de travestis que surgem nos anos seguintes. Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. Assim, o binômio violência policial/AIDS se torna pedra fundamental da constituição do movimento que com o passar dos anos seria capaz de desenvolver outras bandeiras de luta.

Tal binômio fomentou a criação da primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil. Ainda em 1984, Brenda Lee<sup>11</sup>, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, ou seja, aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa passa a se chamar “Casa de Apoio Brenda Lee” em 1986, e está em funcionamento até hoje<sup>12</sup>. Essa iniciativa, que poderíamos caracterizar como de cunho comunitarista e de mútuo apoio, parece não ser diretamente responsável pelo surgimento das primeiras organizações políticas de travestis e transexuais, ainda que tenha participado da organização do V ENTLAIDS<sup>13</sup> em 1997 na cidade de São Paulo, em conjunto com o grupo Filadélfia, de Santos.

Seguindo a sugestão de Jane Galvão (2000) para uma periodização das respostas da sociedade civil à epidemia da AIDS, localizaríamos a Casa de Apoio Brenda Lee entre as primeiras iniciativas, junto com a fundação da primeira ONG/AIDS do país em 1985, o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), em São Paulo. Nesses “anos heróicos” (1985-1989), surgem as primeiras organizações civis em resposta à epidemia. Já no início

---

<sup>11</sup> Brenda Lee foi assassinada em 1996.

<sup>12</sup> Fonte: [www.brendalee.org.br](http://www.brendalee.org.br)

<sup>13</sup> “Encontro Nacional de Travestis na Luta Contra a AIDS”, atualmente denominado de “Encontro Nacional de Travestis e Transexuais”.

da década de 1990, há um novo momento na resposta brasileira à AIDS com uma maior participação do poder público na coordenação das diversas iniciativas.

Mapeando o percurso de entrada na militância de minhas colaboradoras, pude perceber que muitas delas iniciaram suas participações políticas na passagem desses dois períodos em distintas organizações com alguma atuação no enfrentamento à epidemia da AIDS. Jovanna Baby participou de diversas reuniões do projeto “Saúde na Prostituição” organizado pelo ISER<sup>14</sup>; Keila Simpson<sup>15</sup> foi procurada para ser voluntária num projeto de prevenção com travestis profissionais do sexo organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB); Marcelly Malta<sup>16</sup> organizava o grupo de travestis do GAPA-RS; treinada pelo Programa Municipal de DST-AIDS de Santos, Indianara<sup>17</sup> foi agente de prevenção junto a profissionais do sexo. Apesar de se tratarem de diferentes modelos (organizações religiosas, grupos gays, ONG/AIDS, poder público), a AIDS foi notadamente um catalisador da organização política dessas pessoas.

Porém, somente com a mudança nas políticas relativas à epidemia, através do conceito de vulnerabilidade, é que as mesmas passaram a considerar outros fatores para além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento devido. Assim, a partir de pressões das organizações civis, o discurso oficial passa a considerar também as condições de vida das pessoas como condicionante do risco de contaminação, devendo ser alvo de atenção das políticas públicas de saúde<sup>18</sup>.

A Casa de Apoio Brenda Lee surge num contexto histórico distinto das organizações políticas de travestis e transexuais. Essas já estão num momento em que as

---

<sup>14</sup> Jane Galvão (2000) coloca o ISER como uma das primeiras organizações a incluir em sua agenda o enfrentamento à epidemia da AIDS. O primeiro projeto desenvolvido pelo instituto consistia em sensibilizar diferentes matrizes religiosas para a importância do tema.

<sup>15</sup> Presidente por duas gestões consecutivas da ANTRA entre 2004 e 2008. Hoje ocupa o cargo de Vice-Presidente Trans da ABGLT e representante trans do Brasil na seção para América Latina e Caribe da ILGA. Foi extremamente solícita ao receber o convite para participar dessa pesquisa. Sua relação com a academia já vem de alguns anos, desde sua colaboração no conhecido trabalho de Don Kulick (2008).

<sup>16</sup> Marcelly Malta é uma das lideranças mais antigas do movimento no país. Fundadora da primeira ONG de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul, compõe atualmente a coordenação da Região Sul da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e a diretoria da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais). Sua história traz elementos muito interessantes, principalmente por localizar suas primeiras ações militantes antes da epidemia da AIDS, quando ajudava travestis profissionais do sexo a conseguirem tratamento para sífilis.

<sup>17</sup> Indianara Siqueira inicia sua história na militância ainda na cidade de Santos, tendo um envolvimento forte no combate à epidemia da AIDS. Fundou o Grupo Filadélfia de Travestis, Transexuais, Gays, Lésbicas e Liberados, naquela cidade. Atualmente reside no Rio de Janeiro, onde vêm trabalhando junto com o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. Faz parte do processo de construção de uma nova rede de travestis e transexuais, a RedTrans, da qual é representante da Região Sudeste.

<sup>18</sup> A história da saúde pública no Brasil mostra a constância da ideia de responsabilidade do Estado em solucionar os problemas de saúde da população. Além disso, o movimento de reforma sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde possibilitaram a formação de uma base teórica e política que incluiu as condições sociais e econômicas como fatores fortemente relacionados ao desenvolvimento de distintas patologias.



políticas de AIDS incluem termos como *advocacy*, *peer education* e *empowerment*. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa, e é amplamente utilizado pelo movimento LGBT. Os outros dois termos, traduzidos como “educação por pares” e “empoderamento”, fazem parte do vocabulário militante de minhas colaboradoras. É interessante notar que esse vocabulário, e nele incluso uma ideologia e práxis política, originário das respostas à epidemia da AIDS, se tornam fundamentais nas elaborações políticas do movimento de travestis e transexuais.

O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, com o tema “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas)<sup>19</sup>, de Aracajú.

A idéia de uma organização não-governamental (ONG) como formato ideal para a articulação política já vinha se consolidando ao longo da segunda metade dos anos 1980 no então movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Porém, no caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, também havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS na construção de possibilidades concretas, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político.

Timidamente, começava a se constituir um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) que viria a mudar de nome e a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis)<sup>20</sup>. A realização dos encontros anuais<sup>21</sup>, os ENTLAIDS, com participação de militantes de diversos

---

<sup>19</sup> Embora, não tenha consigo descobrir o ano de fundação do grupo UNIDAS, ele é citado por minhas informantes como uma das primeiras organizações de travestis do país.

<sup>20</sup> A informação com relação a primeira rede nacional de travestis não é muito clara. Algumas lideranças falam que o primeiro nome foi RENTRAL, outras dizem que foi RENATA. Acredito que RENTRAL tenha sido o primeiro nome devido à presença do termo “liberados”, utilizado somente nas primeiras edições dos encontros nacionais, assim como de poucas organizações que surgem utilizando o mesmo modelo da ASTRAL.

<sup>21</sup> Apenas em 2001 o encontro, que estava previsto para acontecer em Salvador, foi cancelado.

estados foi fundamental para essa articulação, que possibilitou não somente a organização de travestis e transexuais para uma interlocução com o poder público, como também para pleitear uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBT. Em dezembro de 2000 na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros<sup>22</sup> (ANTRA), que hoje conta com mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. Atualmente, a ANTRA aceita afiliações de ONGs exclusivamente de travestis e transexuais e as chamadas ONGs mistas<sup>23</sup>, desde que essas sejam representadas por uma travesti ou transexual. Ao longo da pesquisa presenciei algumas reuniões e uma assembléia extraordinária da ANTRA. O calendário de encontros oficiais parece um pouco confuso e a rede faz uso de outros espaços nacionais para se organizar, principalmente os ENTLAIDS.

A importância de tais encontros nacionais, como espaços de aglutinação e potencialização política, está presente na fala de Keila Simpson:

*Quando eu fui para esses encontros... eu comecei a ir anualmente... eu tive a clara impressão e a convicção de que a gente poderia modificar as coisas a partir de lá. Eu não estava errada. Eu não estava errada porque a cada ano que passava, se juntavam mais travestis... a cada ano que passava, eram mais pessoas que chegavam nesses encontros. A gente começava a pensar: “gente, parece que todo mundo acordou! Parece que todo mundo está reagindo!”. E esses encontros eram importantes porque sempre no último dia, a gente fazia uma manifestação ou uma passeata pelas ruas de onde o encontro era sediado ou um ato público em algum monumento público, em alguma praça; para que a gente demarcasse naquela cidade que a gente estava ali e que estava reagindo. (Keila Simpson, entrevista em 18/06/2010)<sup>24</sup>*

A partir de sua quarta edição, realizada novamente no Rio de Janeiro em 1996, contando com 130 participantes, o encontro nacional passou a ser financiado pelo então Programa Nacional de DST-AIDS do Governo Federal e teve como tema: “Construindo Novos Espaços”. Devido ao financiamento, o evento passou a se chamar ENTLAIDS<sup>25</sup>, Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS. O nome atribuído à sigla, em uso

---

<sup>22</sup> O termo “transgênero”, apesar de não ser mais utilizado no discurso formal do movimento nem em suas publicações, aparece no site da ANTRA (<[pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/index.html](http://pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/index.html)>) assim como em outras referências à associação.

<sup>23</sup> As chamadas ONGs mistas do movimento LGBT são aquela que em sua composição possuem as diversas categorias identitárias, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ressalto que são poucos os casos de ONGs compostas por todas as categorias com paridade de participação.

<sup>24</sup> Os grifos em trechos de entrevistas são de minha autoria.

<sup>25</sup> A título de curiosidade, listo as cidades que sediaram o encontro desde sua primeira edição seguido do ano. A única mudança de sede ocorreu em 1996; o encontro, que deveria se realizar em Curitiba, acabou acontecendo no Rio de Janeiro por problemas operacionais: Rio de Janeiro (1993, 1995, 1996, 1998, 2009), Vitória (1994), São Paulo (1997, 2007), Fortaleza (1999), Cabo Frio (2000), Curitiba (2002), Porto Alegre (2003), Campo Grande (2004), Florianópolis (2005), Goiânia (2006), Salvador (2008) e Aracaju (2010).

até hoje, passou por mudanças e não foi possível determinar em que momento exato o termo “liberados” desaparece e surgem os termos “transexual” e “transgênero”. Hoje, o encontro é chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

## A luta pelo “T”

Em 1994, o então chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) passa a ser algumas vezes chamado de MBGL (Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas), assim como o Encontro Brasileiro de Homossexuais passa a se chamar Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Somente em 1995, organizações de travestis participam em um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Nessa ocasião, houve a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e o termo “travesti” passa a fazer parte da sigla, resultando na inclusão também no nome do encontro nacional de 1997, o EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis). (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Para Jovanna Baby trata-se de uma história marcada por um difícil começo:

*Eu não sei a data, mas não era EBGLT, era EBGL. Foi em Curitiba, se eu não me engano foi no ano de 1995, eu não tenho muita certeza. Essa briga foi encampada por mim e por Liza<sup>26</sup> na época, com apoio do Nordeste. **Eles [gays e lésbicas] não queriam por hipótese alguma colocar o T. Aí, a partir de lá, que nós brigamos e conseguimos aprovar o T. Aí a partir daí que as travestis começaram a participar... e ainda de forma tímida, e ainda muito discriminadas. A gente ia para os eventos e eles nos discriminavam. Eles ficavam de longe apontando na hora que a gente ia comer, na hora do café da manhã. Não queriam dividir apartamento, não queriam sentar na mesma mesa do café, do almoço, do jantar.** (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

Nesse momento, a letra “T” acrescida à sigla do movimento diz respeito apenas às travestis. A entrada da categoria “transexual” é mais tardia, só passando a ter maior presença no cenário político nacional em meados da década de 2000. Ainda em 1995 foi criado o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT). As únicas informações que obtive desse grupo foram através de Bárbara Graner<sup>27</sup>:

---

<sup>26</sup> Referência a Liza Mineli, fundadora do Grupo Esperança, de Curitiba, e primeira presidente da ANTRA.

<sup>27</sup> Bárbara Graner é técnica da articulação com a sociedade civil e direitos humanos do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Fez parte do Grupo Filadélfia, quando residiu em Santos. Tem sua história de vida num caminho paralelo ao movimento LGBT. Bárbara é uma figura polêmica. Em sua trajetória foi uma das protagonistas da construção do Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), e ajudou a cunhar e divulgar a expressão “mulheres que vivenciam a transexualidade”<sup>27</sup>, afastando-se do movimento LGBT e aproximando-se do movimento de mulheres. Compôs o comitê técnico da saúde da população LGBT, onde boa parte da política do processo transexualizador do SUS foi pactuada. Também participou da mudança no CNT que resultou na construção da Aracê.

*O GBT. Foi fundado em 1995 por Astrid Bodstein e Mariana Fredrick<sup>28</sup>, que era um grupo muito mais de afirmação simbólica dessas identidades do que de uma ação militante... era uma representação. A idéia era até trazer uma reflexão mais crítica do que significa a transexualidade, mas não foi muito adiante porque era década de 90, era muito difícil de você congrega, você não tinha internet, o contato era por carta. [...] Aí, a Astrid e a Mariana mantiveram o GBT na ativa até 97. (Bárbara Graner, entrevista em 18/11/2010)*

Em 1997, surge uma nova organização, o Movimento Transexual de Campinas. O MTC surge de contatos estabelecidos entre participantes dos ENTLAIDS. Diferentemente das primeiras organizações de travestis, o grupo é marcado por uma preocupação “pedagógica” no que diz respeito à transexualidade, assim como tinha uma forte relação com serviços de saúde, mais notadamente o Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, onde boa parte de suas integrantes eram atendidas. Bete Fernandes<sup>29</sup> relata a fundação do grupo:

*Aí eu conheci um pouco das meninas que eram transexuais e... são, hoje, já adequadas<sup>30</sup>, que foi a Bianca Magro, Marcela Martins, Vanessa, Bárbara Graner... tudo dessa época, 97. A gente se reunia esporadicamente dentro da casa da Marcela Martins... e a gente resolveu montar o grupo Movimento Transexual de Campinas. [...] Porque, na época, as pessoas nem sabiam o que era isso. Não sabiam se era para passar no pão, para comer... que diabo era isso de transexuais. Na verdade, a gente tinha todo um estigma que era: as bichas loucas que querem arrancar o pau. Essa era a verdade, o que a gente tinha como estigma, era isso. E dentro muito do quadro da saúde mental. A militância começou aí. (Bete Fernandes, entrevista em 17/06/2010)*

Segundo Bárbara Graner, a realização da cirurgia de redesignação genital<sup>31</sup> de Bianca Magro aparece com um dos fatores da dissolução do MTC.

Neste mesmo ano de 1997, a presença de militantes internacionais também influencia a entrada da categoria “transexual” no vocabulário do movimento. Indianara fala da vinda de Camille Cabral<sup>32</sup> e o início da disputa entre as identidades “travesti” e “transexual” na qual surgiu a proposição do termo “transgênero”:

---

<sup>28</sup> Segundo texto de Astrid Bodstein publicado no site Transgender Tapestry, Roberta Levy também compõe esse grupo de fundadoras. < [www.ifge.org/Article253.phtml](http://www.ifge.org/Article253.phtml) >, acesso em 22/12/2010.

<sup>29</sup> Bete Fernandes me foi apresentada pela socióloga Flávia Teixeira durante o XVII Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS. Fez parte do Movimento de Transexuais de Campinas. Hoje reside em Goiânia. Fundadora da Associação de Travestis de Goiás (ASTRAL-GO) e do Fórum de Transexuais de Goiás, atualmente preside as duas organizações. Também faz parte da Aracê – Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade.

<sup>30</sup> Realizaram a cirurgia de redesignação genital.

<sup>31</sup> O termo médico para a chamada cirurgia de “mudança de sexo” é neovulvocolpoplastia. Encontra-se na literatura outras denominações como: readequação sexual ou genital, redesignação sexual ou genital e transgenitalização. Acompanhando as considerações de Machado (2005a, 2005b) sobre a designação do sexo de crianças nascidas com “genitália ambígua” por parte da equipe médica, creio que a melhor denominação para o processo cirúrgico em questão seria uma redesignação de algo que foi designado pelo saber médico no momento do nascimento dessas pessoas. Além disso, sabe-se que tais intervenções cirúrgicas se dão a nível genital. Logo, optei pelo uso do termo “redesignação genital”. Devo também considerar que o uso do termo readequação, ao meu ver, implica a existência de uma verdade essencial do sexo à qual a genitália tem que ser adequada.

<sup>32</sup> Camille Cabral é uma política e médica dermatologista transexual franco-brasileira. Foi a primeira transexual eleita da história da República Francesa (vereadora do *XVIIème Arrondissement* pelo Partido Verde). Camille é fundadora do

*Em 1997[...], quando justamente o Filadélfia em conjunto com a Casa de Apoio Brenda Lee realizou o V ENTLAIDS em São Paulo... O Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. E foi a primeira vez que vieram pessoas do exterior. Então veio Camille Cabral do PASTT. Camille Cabral justamente trouxe essa... que na realidade, **internacionalmente a palavra usada é “transexuais”**. **“Travesti” não é uma palavra muito usada**. Então a gente quis colocar nessa época, **mas por uma questão de cultura...** foi muito discutido que não... que não se identificavam com a palavra. E acabou que a partir de 1997, começou essa briga entre as duas palavras, travestis e transexuais, entrando aí depois a palavra “transgender” ou “transgêneros” e “transgêneras” que acabou também não sendo aceita e ficou a briga só entre “transexuais” e “travestis”, entre as duas palavras na realidade. [...] **Eu acho estranho porque é apenas uma nomenclatura**. (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

Marcelly Malta, também presente nessa ocasião, fala da influência internacional com um certo tom de imposição: *“Acho que foi a Camille Cabral que veio de Paris, que é uma militante que é presidente da PASTT de Paris, ela disse: **‘todas as travestis têm que se englobar... serem chamadas por trans...trans’**”* (Marcelly Malta, entrevista em 16/06/2010). O termo “trans” aparece ora como uma abreviação de transgênero, ora como uma abreviação de transexual. Essa pressão por parte de militantes internacionais para a adequação dos termos utilizados no Brasil àqueles utilizados internacionalmente se mantém até hoje.

No surgimento do debate sobre transexualidade no movimento LGBT, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, um novo termo, também importado da sexologia, é incorporado ao vocabulário militante ao lado do conceito de orientação sexual: a identidade de gênero. Não foi possível descobrir com maiores detalhes o percurso do conceito e seu processo de politização. De todo modo, a “identidade de gênero” vem se configurar como um elemento que reitera a distinção identitária entre travestis e transexuais, de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais, de outro. Indianara fala sobre as razões do uso do conceito “identidade de gênero” ao invés de “orientação sexual” para explicar a experiência de travestis e transexuais:

*Um homossexual, a orientação dele é **homossexual por que ele “gosta de” ou ela “gosta de”**. Entendeu? **Uma transexual, uma travesti não... não é porque ela “gosta de”, é porque ela “se identifica com”**. Entendeu? Então é essa a diferença, a partir do momento em que ela “se identifica com”, a orientação dela ou dele pode ser para isso, ou para aquilo, ou para os dois, ou para tudo. Por isso que é uma identidade de gênero, ou seja, eu me identifico com o feminino. Eu sou uma mulher trans. Eu me identifico com as mulheres. Eu transformei meu corpo... ou... a minha alma se identifica com as mulheres. Então eu sou uma mulher trans, assim como existem homens trans. **Então é uma identidade de gênero, vai além da orientação sexual**. (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

A entrada ou a incorporação de travestis e transexuais num mesmo movimento que gays e lésbicas não foi um processo simples, muito menos automático. Vários fatores contribuíram para a aproximação política de pessoas, com realidades e experiências díspares, sob a mesma bandeira do arco-íris. É recorrente nos relatos de minhas colaboradoras, assim como de outras militantes com quem tive contato ao longo da pesquisa, histórias de violência associadas à rejeição familiar, ao abandono dos estudos, às mudanças de cidade, e ao universo da prostituição e da criminalidade. Tais biografias não são compartilhadas pela maioria dos militantes que construíram o MHB, nem tampouco por aqueles que hoje despontam como as principais lideranças gays e lésbicas. Os dois primeiros momentos do movimento homossexual brasileiro<sup>33</sup> descritos por Simões e Facchini (2009) são caracterizados por uma militância intelectualizada, contando com a presença de jornalistas e professores universitários. Majorie Marchi expõe claramente a posição das travestis em relação a gays e lésbicas:

*Então o Movimento LGBT, que eu falo muito entre as travestis, que é o gay estudioso, acadêmico, político, funcionário público, o gay e a lésbica... e as travestis são meia dúzia de pobres coitadas que já cansaram de apanhar e até para ter uma movimentação política teve de vencer as suas deficiências, as suas dificuldades e conseguiu pôr-se de pé com pessoas muito mais preparadas. Obviamente que em algum momento isso vai aparecer contrário a você. Aí utilizam o despreparo, o histórico e as peculiaridades como a impossibilidade do acesso, da frequência no ambiente escolar para se criar uma tutela, uma blindagem onde não deixam a voz daquelas pessoas externar. A travesti tem um lugar da legitimação da miséria LGBT.* (Majorie Marchi, entrevista em 20/09/2010)

Por outro lado, as organizações de travestis surgem hegemonicamente a partir de contatos estabelecidos em locais de prostituição. Muitas das que hoje são lideranças do movimento de travestis e transexuais, já gozavam de legitimidade e confiança por parte de outras travestis, antes mesmo de comporem algum tipo de organização formal. Essa posição de liderança se constituiu pelo papel que elas assumiam em uma rede de apoio que as próprias travestis constituíam para lidar com problemas com a polícia, com acesso a serviços de saúde, entre outros. Refletindo sobre o início de sua trajetória militante, Keila Simpson afirma:

*Em 1991, eu conheço o Grupo Gay da Bahia, já constituído desde 80. Fui procurada por um dos diretores, o Luiz Mott. Ele me chamou na rua, por indicação das travestis. Ele queria que alguém se responsabilizasse para distribuir preservativo porque a epidemia estava crescente. [...] e as meninas me indicaram. Então, se as meninas me indicaram... a responsabilidade, então, elas jogaram para mim. Eu assumi essa responsabilidade.* (Keila Simpson, entrevista em 18/06/2010)

---

<sup>33</sup> Tais momentos se referem às décadas de 1970 e 1980.

No mesmo sentido, Marcelly Malta diz:

*Eu sou do tempo que não existia militância. Eu comecei nos anos 70, na prostituição e eu nem sabia o que era militância. Só que assim, dentro da prostituição, sempre tem uma pessoa que tem uma referência. Então na época, como eu já trabalhava na área da saúde, o pessoal me procurava muito quando tinha alguma doença, porque eu sou da época que usava carteirinha para ir no posto de saúde, por causa da sífilis. Na época não se falava em HIV... e me procuravam: “Ah, Marcelly, eu estou com sífilis, eu quero fazer uma benzetacil®”. E a dificuldade era a mesma questão da discriminação das travestis em postos de saúde. (Marcelly Malta, entrevista em 16/06/2010)*

Esta situação expõe a grande distância na hierarquia social que separa os diferentes atores políticos do movimento LGBT<sup>34</sup>. Tal distância se constrói não apenas por diferenças econômicas, mas também por diferenças de capital cultural<sup>35</sup> envolvido nas concepções de gênero e sexualidade. As diferenças entre essas concepções aparecem, por exemplo, nas disputas na formulação de políticas emancipatórias para esses setores da população.

Algumas demonstrações dos conflitos entre travestis e transexuais com organizações de gays e lésbicas podem ser percebidas nas falas de minhas colaboradoras. Refletindo sobre as razões de as primeiras organizações terem surgido como associações específicas de travestis ou de travestis e transexuais e não dentro de outras organizações que já existiam no movimento LGBT, diz Jovanna Baby:

*A gente nem conhecia essa palavra na época... mas a transfobia era muito maior nos próprios grupos organizados de homossexuais que existiam. A gente era muito mais discriminada no grupo Atobá... alguns seguidores não... nos apoiavam, mas a maioria nos discriminava nos grupos que existiam, o Atobá, GGB, Corsa<sup>36</sup> em São Paulo. Todos esses grupos, eles só nos usavam como massa de manobra para poder trazer recursos para os seus projetos de prevenção com essa população, na época que era... grupo de risco. Mas eles não nos davam espaço de falar, de diálogo, de mostrar a nossa capacidade, as nossas idéias. Então nós éramos apenas população-alvo. E a gente não queria aquilo. A gente queria ser vista, ser respeitada e estar conduzindo a política para nós mesmas. Não falar só para nós mesmas, mas conduzir a política nossa. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

Essas relações de tensão e aproximação foram aos poucos construindo dentro do movimento de travestis e transexuais uma demanda por “protagonismo político” e “empoderamento”, conceito popularizado através das políticas relacionadas à epidemia da AIDS.

---

<sup>34</sup> Durante as reuniões de travestis e transexuais na V Conferência para América Latina e Caribe da ILGA, fui tradutor voluntário. Nessas reuniões havia uma grande necessidade de tradução português-espanhol e vice-versa. Tal necessidade não aparecia na grande maioria das reuniões nas quais as pessoas, quando não falavam mais de um idioma, pareciam ter maior capacidade de compreensão do idioma espanhol.

<sup>35</sup> Utilizo o conceito de capital cultural conforme proposto por Bourdieu (2007) em sua teorização sobre os diferentes *habitus* de classe. Para uma relação entre os diferentes *habitus* de classe e os usos do corpo e a sexualidade, ver Boltanski (2004).

<sup>36</sup> Os grupos citados por Jovanna; o Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB) foram grupos que se constituíram na década de 1980, já o CORSA, de São Paulo, foi fundado em 1995.

A atual gestão da ABGLT é a primeira a ter uma travesti em sua diretoria executiva, para além do cargo de Vice-Presidente Trans. Essa conformação é, em parte, fruto de uma pressão do movimento de travestis e transexuais que, nas eleições anteriores para diretoria da associação, construíram uma chapa de oposição com Fernanda Benvenutty<sup>37</sup> como Presidente. Assim, nas últimas eleições, realizadas em janeiro de 2010, houve uma articulação proposta a partir de setores que já compunham a diretoria para que houvesse a inclusão de lideranças nacionais do movimento de travestis e transexuais numa chapa única.

Não é possível, entretanto, afirmar que os impasses entre as identidades gay e lésbica, de um lado, e travesti e transexual, de outro, tenham terminado. Apesar do relativo avanço destacado por minhas colaboradoras, ainda é recorrente a acusação, principalmente contra lideranças gays, de exclusão das travestis e transexuais de importantes espaços de decisão política.

### **A luta entre os “Ts”**

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, acentua-se o impasse com relação aos termos identitários utilizados, não havendo consenso nacional no movimento sobre a forma considerada correta. A letra “T”, em GLT ou GLBT<sup>38</sup>, poderia designar “travestis”, “transexuais” e/ou “transgêneros”; havendo grupos que utilizavam a sigla GLBTT ou GLBTTT<sup>39</sup>. Facchini (2005) afirma que o termo “transgênero”, assim como a sigla GLBT, começou a ser utilizada a partir da relação de alguns grupos brasileiros com o movimento internacional em torno da organização das “Paradas do Orgulho GLBT”, mais especificamente a *InterPride*<sup>40</sup>, no final dos anos 1990. Nessa época, a sigla utilizada na América do Norte e Europa era GLBT, sendo o “T” referente a

---

<sup>37</sup> Apesar de hoje não ocupar nenhum cargo de destaque em organizações nacionais, ela certamente é uma das lideranças mais influentes do país. Além de seu importante papel na construção das políticas do movimento de travestis e transexuais e na interlocução com órgãos do Governo Federal, Fernanda já foi candidata por três vezes a cargos no legislativo, municipal e estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>38</sup> A letra “B” de bissexuais só é incluída oficialmente na sigla em 2005, mesmo já sendo utilizada por diversos grupos no país.

<sup>39</sup> Nesses casos “TT” se refere a travestis e transexuais e “TTT” a travestis, transexuais e transgêneros. Há ainda outras variações na ordem das letras, na maioria da vezes defendida com base na necessidade de visibilidade para segmentos específicos do movimento. Um exemplo é a sigla LGTTB, utilizada até hoje pelo Grupo Identidade, ONG que atua na cidade de Campinas – SP.

<sup>40</sup> International Association of Pride Organizers. “*InterPride* is the international association for organizations that produce *Pride Events* around the world. Our member organizations are dedicated to producing Pride events for the global Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Intersex (LGBTI) community.” ([www.interpride.org](http://www.interpride.org))



“*transgender*”. Ainda afirma a autora que, apesar de uma das finalidades do uso de identidades coletivas pelas ONGs do movimento ser a possibilidade de financiamento por parte de fundações internacionais que a época utilizavam o termo “*transgender*”, boa parte das ativistas travestis e transexuais brasileiras não se “reconheciam” na expressão “*transgênero*”. Ressalto que, em 2004, no II Encontro Paulista GLBT realizado entre 6 e 8 de agosto em São Paulo, todas as vezes que se utilizava a palavra “*transgênero*” para se referir a travestis e transexuais, as mesmas simulavam um espirro em coro como protesto. A argumentação era que “*transgênero*” era um conceito e não uma identidade e, uma vez que a sigla do movimento era composta por identidades, o mesmo deveria ser removido. Nessa ocasião se configura, no estado de São Paulo, a sigla GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Existem versões diferentes para a proposição e posterior exclusão do termo “*transgênero*”. Segundo Bete Fernandes, tratava-se de uma união entre as categorias “*travesti*” e “*transexual*” que facilitaria o acesso aos financiamentos:

*Transgênero foi uma concepção tirada lá em 2004 quando eu estava na ABGLT que era uma união política e ideológica de travestis e transexuais como militância, que não deu certo. Porque tinha uma questão lá trás de prestação de contas... de dinheiro... como tinha dinheiro... como ia colocar travestis e transexuais juntas... ah, esse dinheiro veio para travesti, eu não vou dividir com transexual... porque agora não tem só uma transexual brigando dentro da ABGLT, agora são cinco transexuais contra quinze travestis. Vamos unir? Fazer travestis e transexuais juntas? Isso também aconteceu... em 2004, tanto que você pega em 2004 ABGLT escrito: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros. (Bete Fernandes, entrevista em 17/06/2010)*

Para Bárbara Graner, a influência internacional parece ter maior peso na proposta:

*Você tem uma agenda internacional do movimento social que cria o cluster dessa população TT... que acaba sendo as transgêneros. Aí a discussão naquela época: “vamos criar um grupo chamado transgêneros... e os subgrupos ou as espécies de transgênero que são as travestis e as transexuais... são as transgêneros”. E aí mais definições, transgênero é aquela pessoa que transita de um gênero de origem para outro. (Bárbara Graner, entrevista em 18/11/2010)*

Na fala de Bete Fernandes e de Bárbara Graner, notam-se dois elementos na proposição do uso do termo *transgênero*: a união política e ideológica entre travestis e transexuais que facilitaria o acesso a recursos e financiamentos, e a pressão por adequar os termos utilizados no Brasil àqueles utilizados internacionalmente. Porém, as conseqüências dessa união e da submissão das categorias identitárias brasileiras às categorias internacionais foram consideradas mais negativas que benéficas pelo movimento.

Indianara também fala sobre os motivos que levaram a rejeição do termo “transgênero”:

*Aí as pessoas diziam que era uma palavra de língua estrangeira, que não fazia parte da cultura brasileira. Aí eu disse, então, que teríamos que falar Tupi Guarani porque todas as palavras são estrangeiras já que não falamos a língua do país em que vivemos. Mas, são brigas do movimento... (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

Para Bárbara Graner (entrevista em 18/11/2010), o principal argumento contra “transgênero”: “*era invisibilidade... que elas perceberam depois de um ano de adoção de transgêneros que ficava muito nebuloso, ficava muito etéreo, não tinha substância*”.

Outra linha argumentativa contrária ao uso do termo “transgênero” passava pelo não reconhecimento da categoria como descritiva da “vivência de gênero” dessas pessoas. Para Fernanda Moraes, o termo “transgênero” deixou de ser utilizado:

*Porque no Brasil, [...] esse termo não nos contemplava. Porque nós começamos a perceber que o termo “transgênero” definia pessoas que transitavam entre os dois gêneros, o masculino e o feminino. Nós percebíamos [...] que travestis e mulheres transexuais, até os homens transexuais também, não transitam entre os gêneros, são pessoas que tem o gênero definido. [...] Então não transitam entre os dois gêneros. (Fernanda Moraes, entrevista em 18/11/2010)*

Não se pode deixar de mencionar que a sonoridade do termo também parecia estranha no início dos anos 2000, quando a produção de alimentos transgênicos se tornava uma polêmica internacional. A confusão transgênero/transgênico<sup>41</sup> afetou a idéia de visibilidade positiva buscada na substituição do termo “travesti”, considerado estigmatizante. Assim, aos poucos o movimento começava a utilizar o termo “trans”, seja em “pessoas trans”, “mulheres e homens trans”, ou simplesmente “trans”<sup>42</sup>, porém sem compor as definições oficiais da sigla do movimento no Brasil.

Nos anos seguintes, a sigla GLBT vai se consolidando para grande parte das organizações do movimento, sendo o “T” utilizado de acordo com as configurações políticas locais, ora para “travestis”, ou para “transexuais”, ou para “transgêneros”. Já em 2008, na I Conferência Nacional GLBT, após um longo debate, aprova-se a formulação “LGBT”, sendo a letra “T” referente simultaneamente a travestis e transexuais. Nessa última alteração, a inversão da sigla, colocando-se a letra “L” à frente, foi justificada a partir de um debate sobre gênero, no qual se criticava a suposta hegemonia gay e se postulava a necessidade de dar maior visibilidade às lésbicas. De certo modo, esse

---

<sup>41</sup> Em recente matéria do Jornal Folha de São Paulo (13/02/2011), essa confusão volta a aparecer quando o jornalista responsável pela matéria transcreve a expressão “identidade transgênero”, colocado por uma pesquisadora da PUC-SP, como “identidade transgênica”.

<sup>42</sup> Para uma análise das disputas políticas em torno da utilização das diferentes categorias identitárias ver Carvalho (2011)

processo guarda semelhanças com o que separou as identidades gay e lésbica no espectro mais generalizante do termo “homossexuais”.

Em 24 de janeiro de 2005, em Curitiba, durante o I Congresso da ABGLT foi fundada a UBT – União Brasileira de Transexuais. Essa organização teve vida curta, existindo por poucos meses. Segundo alguns relatos, o principal motivo da dissolução da UBT foi a ingerência de militantes gays que teria levado um deles a se apresentar como porta-voz da UBT durante um evento. Não foi possível encontrar muitas informações sobre a criação da UBT, poucas das minhas colaboradoras citaram o fato e entre esses poucos relatos, houve inclusive uma acusação de se tratar de um factóide criado por lideranças ligadas à diretoria da ABGLT na época.

No final do mesmo ano, por ocasião do XXII EBGLT em Brasília, surge o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) a partir do I Encontro Nacional de Transexuais. É notável, mais uma vez, a importância do espaço do ENTLAIDS, assim como a idéia de protagonismo na construção do coletivo, como diz Bárbara Graner:

*No ano de 2004... a 2005, houve participação no ENTLAIDS e em outros encontros de algumas de nós, e nesses encontro a gente: “nossa, mas você vê, nunca falamos do que a gente precisa, nunca falamos de nós”. Falei: “então, vamos começar a falar nós mesmas”... “é, porque eu já tinha ouvido falar de você”... “eu também já tinha ouvido falar de você”. Foi um momento de encontro dessas pessoas... para em 2005, percebe-se a real necessidade de: “olha, vamos fazer alguma coisa porque não dá pra ficar parada”. Como havia o EBGLT... então, vamos pegar as que se inscreveram como participantes do EBGLT como transexuais, e convidá-las para o I Encontro Nacional de Transexuais, elas já estão aqui em Brasília e a gente não vai ter que custear hospedagem... a gente prepara uma programação que começa a problematizar tudo o que a gente está querendo trazer e aí a gente vê qual rumo vai tomar a partir disso. Sendo que a possibilidade já era de ser formar uma rede nacional própria. E aí, pela discussão do coletivo que estava presente... um encontro com 30 lideranças, eu acho, 30 do Brasil todo... funda-se o Coletivo Nacional de Transexuais, inclusive com ato formal de fundação na abertura do EBGLT. (Bárbara Graner, entrevista em 18/11/2010)*

A criação do CNT parece estar inserida num processo mais amplo de construções de redes específicas de cada categoria identitária que compõe o movimento LGBT, com exceção dos gays. Alguns relatos dão a impressão de certa falta de legitimidade da ABGLT em representar o conjunto das identidades, sendo por vezes vista como uma entidade “gay”, Bete Fernandes reflete sobre esse assunto ao relatar o processo de construção do CNT:

*Um grupo de Curitiba convidou a Maitê e algumas outras transexuais para montar a União Brasileira de Transexuais, a UBT. Montaram, teve site, teve foto... montaram. Aí depois disso, num encontro nacional a Maitê não pôde ir e foi colocado como representante um gay. Se fossem os gays para continuar falando por lésbicas, por travestis e por transexuais; não ia existir LBL,*

*ABL, a ANTRA<sup>43</sup>. Ia existir só a ABGLT... e a ABGLT ia representar todo mundo. Então não tinha necessidade, não tinha nenhuma decisão de montar a União Brasileira de Transexuais, já que gays iriam representar as transexuais em todas as instancias. Certo? [...]Aí acabou de vez essa União Brasileira de Transexuais. Com isso, essa mesma diretoria que estava lá, fora a Maitê... que a Maitê se retirou... ela também ficou chateada da forma que foi feita e não quis mais entrar em outra rede; e montaram o Coletivo Nacional de Transexuais, que aí eu entrei. Porque aí eram só transexuais, não tinha gay. (Bete Fernandes, entrevista em 17/06/2010)*

Muitas das ativistas envolvidas na criação do coletivo decidiram por um afastamento progressivo dos espaços do movimento LGBT e por uma aproximação de espaços institucionais de políticas para mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. Nesse processo surge a expressão “mulheres que vivenciam a transexualidade”<sup>44</sup> que chegou a ser utilizada pelo então Ministro da Saúde José Gomes Temporão, na abertura da I Conferência Nacional GLBT em 2008. O debate acerca da inexistência de uma identidade transexual e a afirmação de uma identidade feminina levou a transformação do Coletivo, em 2008, numa outra rede, a ARACÊ<sup>45</sup> – Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade, existente até hoje apesar de ter pouca atuação.

O afastamento de algumas militantes da política LGBT para uma aproximação com movimentos feministas foi alvo de críticas e acusações de divisionismo do movimento. Como expresso no relato de Fernanda Moraes:

*Eu participei da construção do Coletivo. [...] Na época eu achei um processo legítimo. Até porque existiam reivindicações e existiam demandas e especificidades que eram próprias só do movimento de transexuais. Mas em momento algum, pelo menos para a época, nós não queríamos que houvesse racha com o movimento de travestis e reconhecíamos que o movimento de transexuais partiu do movimento de travestis, nasceu dentro do movimento de travestis. [...] Mas a partir do momento que se começou a cogitar a hipótese de haver este racha eu não concordei com isso. Não só eu como muitas outras pessoas. (Fernanda Moraes, entrevista em 18/11/2010)*

Fernanda Benvenutty também tece suas críticas:

*Me dá essa impressão, que algumas que se afastaram... se afastaram pós cirurgia. Quer dizer, eu milito numa causa, mas quando eu consigo um objetivo que eu que estou militando me benefício, eu não vou mais militar, porque eu não estou preocupada com as outras que não conseguiram. Então, houve meio que esse abandono de algumas pessoas. [...]Parte das pessoas que estavam no coletivo conseguiram suas cirurgias e então abandonaram a causa e esse é um grande problema. Você militar por uma causa e quando você consegue, você abandona. (Fernanda Benvenutty, entrevista em 19/05/2010)*

---

<sup>43</sup> LBL – Liga Brasileira de Lésbicas, ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas; ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais.

<sup>44</sup> Bárbara Graner fala também de outra expressão: “mulheres que vivenciam aquilo que chamam de transexualidade”.

<sup>45</sup> Segundo Bárbara Graner, Aracê “é uma palavra em Tupi-Guarani que significa o alvorecer com o cantar dos pássaros”.

O compromisso militante de se manter na luta independentemente de conquistas pessoais, que pode ser pensado como um sentimento de solidariedade com “os iguais”, é central na constituição de uma liderança política, segundo Fernanda Benvenutty. Entretanto, Bárbara Graner, respondendo a essas críticas, caracteriza esse afastamento como uma espécie de “coerência identitária”:

*Porque não somos desse movimento. Não somos. Não existe vocês, vocês, vocês... segmento... vocês. Não existe. Eu sou mulher. E aí a gente começa a participar de uma agenda feminista. Começa a trazer discussões feministas. Participa do encontro feminista no México. Articula desde 2007, quando eu era movimento social, para a gente sair da agenda LGBT e agente saiu. O que acontece é que o CNT ou a Aracê não atua mais, então a agenda está sendo naturalmente puxada de volta para a agenda LGBT. Mas não era para estar na política nacional de promoção da saúde integral da população LGBT. (Bárbara Graner, entrevista em 18/11/2010)*

A metáfora de que após a cirurgia, “elas atravessam o arco-íris, pegam o pote de ouro e vão embora”, é repetidas vezes utilizada por diversas militantes travestis como acusação da falta de compromisso político daquelas que se identificam como transexuais. Bárbara Graner traz uma contribuição importante para esse debate:

*Existem diferenças muito grandes entre essas duas populações... uma se propõe a se visibilizar, outra não. Tanto que as que se dizem transexuais aqui, na minha percepção, muito dificilmente representam de fato aquelas que querem a cirurgia no SUS. Porque aquelas que se assumem como transexuais na ponta... por todas que eu conheci nas filas dos HCs, elas não querem militar [...] e a questão delas é; a partir do momento em que eu fiz a minha cirurgia, a partir do momento em que eu tive alta do hospital... eu quero estar despercebida, eu não quero foco nenhum, eu quero ser invisível. (entrevista em 18/11/2010)*

A colocação de Bárbara aponta para um paradoxo. É necessário se reivindicar transexual para o acesso ao processo transexualizador, porém, após a conclusão do mesmo, a reivindicação dessa identidade perderia sentido. Parece, portanto, que através da proposição de uma “visibilidade trans” pelo movimento, as pessoas na realidade buscam sua “invisibilidade”.

A consolidação da política identitária no *modus operandi* do movimento LGBT é simultaneamente necessária para a inclusão de travestis e transexuais sem que as mesmas poluam a identidade gay, e uma forma de garantir, ao menos aparentemente, certa paridade de participação entre as categorias identitárias que compõem o movimento. Percebe-se também que as consequências de uma quebra do “acordo identitário” podem ser catastróficas, mesmo que essa quebra faça parte de um processo de busca de uma coerência individual entre o discurso e a identidade auto-atribuída.

No pano de fundo do processo de construção da categoria “transexual” em uma identidade política diferente da de “travesti”, há que se levar em consideração a

popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias de “mudança de sexo” nos serviços públicos de saúde<sup>46</sup>. Em 1997, as cirurgias de transgenitalização deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de militantes do Coletivo Nacional de Transexuais com setores progressistas da academia<sup>47</sup>. Essa aliança, em certa medida existente até hoje, foi responsável por uma série de avanços nas políticas públicas de saúde voltadas para a população transexual e, ao mesmo tempo, por consolidar essa identidade como diferente da identidade travesti.

Bárbara Graner ocupava o assento destinado à população transexual no comitê técnico da saúde da população LGBT, do Ministério da Saúde, na época da formulação do processo transexualizador. Bárbara relata esse processo:

*Coincide com a história da ação do Ministério Público em Porto Alegre, de uma que queria fazer a cirurgia [...] e o Ministério da Saúde, por conta da revisão de 2003 da resolução do CFM, já queria discutir uma norma que uniformizasse e desse um caráter mais SUS para a cirurgia de transgenitalização e os outros processos de transformação corporal. Com a fundação do CNT, o Ministério vê uma oportunidade de ter de forma legítima o discurso desse segmento numa discussão técnica com o governo para a construção do que seria hoje o Processo Transexualizador do SUS. Então a gente entra em 2006 nesse processo, já com o discurso da afirmação de um grupo de mulheres... e por esse discurso de afirmação de mulheres, o Ministério da Saúde não só nos convida em 2006 para esse GT, como também para participar em março de 2006 de um simpósio de saúde pública da mulher. (Bárbara Graner, entrevista em 18/11/2010)*

Enquanto as organizações de travestis surgem no binômio “violência policial – AIDS”, as organizações exclusivamente de transexuais surgem a partir de relações entre pessoas que buscam esclarecer o “fenômeno da transexualidade” e que demandam políticas de acesso às tecnologias médicas de transformação corporal, mais especificamente àquelas relacionadas à redesignação genital<sup>48</sup>. Essa busca de esclarecimento envolvia uma leitura extensa de diversos clássicos da sexologia

---

<sup>46</sup> Tais procedimentos relacionados ao processo transexualizador foram normatizados pela Portaria GM n. 1.707 de 18 de agosto de 2008, retirando o caráter experimental das cirurgias em mulheres transexuais (MtF, *Male to Female*), como a neovulvocoloplastia (ARÁN; MURTA, 2009). Mais recentemente, em meados de 2010, o CFM retirou o caráter experimental das cirurgias de caracteres sexuais secundários em homens transexuais (FtM, *Female to Male*), como a mastectomia e a histerectomia, através da Resolução CFM nº 1.955/2010.

<sup>47</sup> Principalmente através do trabalho desenvolvido no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ) pela Prof. Dr. Márcia Arán (*in memoriam*), coordenadora da “Pesquisa Nacional sobre Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral” (IMS-UERJ/MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT).

<sup>48</sup> A fala de Bárbara Graner também parece sugerir que a consolidação do grupo, no caso o Coletivo Nacional de Transexuais, está ligada em parte às “necessidades” do governo no processo de gestão participativa em ter um comitê composto por todas as identidades coletivas abarcadas pelo movimento LGBT.

relacionados à transexualidade, o que era favorecido pelo maior grau de escolaridade em comparação às travestis, segundo algumas informantes. Em grande medida, a reconstrução do discurso médico-psiquiátrico sobre transexualidade realizada por essa militância passa pela diferenciação de suas experiências daquelas vividas por travestis. Ainda assim, muitas das lideranças envolvidas na construção de um movimento transexual tiveram parte de sua construção identitária numa relação muito próxima com o universo travesti; principalmente no que tange à prostituição, como profissionais do sexo ou trabalhando em programas de prevenção junto a essa população, como no caso de Bete Fernandes e Fernanda Moraes.

### **Empoderamento e disputa**

A noção de travestis e transexuais como população-alvo de uma política pública, mesmo que operada através de uma ONG, abre a possibilidade de se considerar as mesmas como cidadãs. Todavia, isso só parece ser possível, até hoje, através dos financiamentos relacionados às políticas de enfrentamento da epidemia da AIDS. Pelúcio (2009) chamou esse processo de “SIDAdanização”:

(...) o atual modelo (de prevenção dialogada) procura considerar as singularidades das visões de mundo e as experiências sociais compartilhadas (...). Porém, a politização desses indivíduos, tomada como meta, pode ser vista como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos (...). A partir da AIDS, (...) essas pessoas devem construir uma bioidentidade. Ao estimular, o “senso de organização de categoria”, fomentar a “consciência política” trabalhando auto-estima e o fortalecimento, (...) volta-se para o desenvolvimento de uma “nova” consciência política (...). Desloca-se, assim, a responsabilidade pelas doenças, para a forma de como os indivíduos se relacionam entre si e com seu entorno. (PELÚCIO, 2009, p. 110-111)

Um exemplo marcante desse processo foi a construção da campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, lançada em 29 de janeiro de 2004<sup>49</sup>. Esta foi a primeira de uma série de campanhas realizadas pelo movimento de travestis e transexuais em conjunto com o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde<sup>50</sup>, que ultrapassam a questão da saúde. Essa vem sendo a principal parceria que não só tem possibilitado financiamento para as atividades do movimento, como também se tornou a

---

<sup>49</sup> Algumas fontes colocam o ano de 2001, mas optei pela data mencionada no sitio da ANTRA, <<http://pessoal.atarde.com.br/marcelus2/antra/plantao.html>>, acesso em 10/12/2010.

<sup>50</sup> Na época, Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde.

principal porta de entrada dessas militantes para outras interlocuções com o poder público.

Além disso, o dia 29 de janeiro passou a ser o “Dia da Visibilidade Trans”, quando ocorrem manifestações das diversas ONGs de travestis e transexuais pelo país. A escolha dessa data como um dia representativo da luta desse movimento parece destoar da escolha do dia do “Orgulho Gay”, 28 de junho. Essa data foi consagrada após a seqüência de confrontos com a polícia nos arredores do *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, que teve início justamente no dia 28 de junho de 1969. Já o dia 29 de janeiro não marca uma batalha de resistência, mas um momento simbólico de conquista de reconhecimento pelo poder público. O que pode parecer para alguns como um sinal de cooptação de um movimento, para essas militantes, é um marco nas possibilidades concretas de serem vistas como sujeitos de direito.

Assim, as organizações de travestis e transexuais surgem também numa passagem de “população-alvo” para protagonistas de uma política conduzida para essa mesma população. Fernanda Benvenutty e Majorie Marchi comentam sobre o protagonismo político de travestis e transexuais. Para Fernanda:

*É que a questão do empoderamento político e o protagonismo tem que se dar a partir delas, a partir de nós. Ninguém melhor do que eu para falar sobre mim, ou sobre a minha comunidade. Então, havia essa lacuna. Em alguns lugares nós éramos representada por homossexuais que na verdade não nos representava, ou por lésbicas que na verdade não nos representava, porque não conheciam as especificidades do nosso movimento, a nossa demanda. (Fernanda Benvenutty, entrevista em 19/05/2010)*

Para Majorie:

*A travesti era protagonismo do trabalho dos outros em prol da cidadania dela, e achava que era protagonista. O protagonismo [não] é a minha miséria, ser a fundamentação da campanha ou do projeto, mas **que eu diga como isso vai ser feito, que eu possa estar executando essa política ou essa ação. Aí sim eu acredito em empoderamento.** (Majorie Marchi, entrevista em 16/08/2010)*

Acredito, portanto, que a incorporação de travestis e transexuais ao movimento LGBT se dá inicialmente num processo paradoxal de “**empoderamento tutelado**”, uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolvem diversos atores, como as lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde envolvidos em programas de prevenção de DST e AIDS. Nesse cenário, algumas lideranças apontam usos políticos da imagem da travesti que sinalizam a permanência das disputas entre as categorias identitárias que compõem o movimento LGBT. Tais posições são evidentes nas falas de Jovanna Baby e Majorie Marchi:



*A organização do movimento de travestis e transexuais foi... também se deu por conta do preconceito, da homofobia do próprio movimento... que na época era movimento GLS. [...] E foi por conta dessas coisas todas que a gente decidiu criar um movimento... e que tem hoje grandes lideranças gays e lésbicas que estão aliadas a nós, mas que no passado nos desacreditavam, não nos davam espaço, mas que hoje viram a nossa força, a nossa capacidade... e eles sabem que nós é que somos a cara do movimento. Se vai ter uma parada, são as travestis que têm que estar liderando. Se vai ter uma manifestação, são as travestis... é que todos os holofotes estão virados para as travestis... nós somos a ponta de lança, nós somos a cara do movimento. [...] Agora... nós sofremos muito preconceito... ainda sofremos dentro do próprio movimento LGBT. [...] A gente não consegue explicar, mas algumas coisas... as pessoas que nos discriminam deixam escapar. Eles nos chamam de homens de peito. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

*Se as minhas idéias contaminarem o movimento, eu não faria parte de uma conferência nacional LGBT. Imagina, **que coisa horrível, ser a última da rabeira da sopa de letras**, e até acho que se é LG, tem que estar juntos, são os mesmos fatores, são similares... Acho que também que as Ts não têm porque estar ali, porque não são os mesmos fatores, não são os mesmos fenômenos de exclusão, não são os mesmos níveis de exclusão, não são os mesmos pleitos políticos, **estão ali simplesmente para atrair mais recursos para legitimar uma coisa que as outras letrinhas não poderiam**, e não tem o reconhecimento devido a isso. [...] Imagina, foi esse ano que a gente teve a primeira depois de quatorze anos, nós tivemos a primeira, uma travesti na diretoria executiva da ABGLT. Uma, depois de quatorze anos! É complicado você acreditar que dentro do movimento LGBT realmente as travestis estejam empoderadas. As travestis estão empoderadas no movimento de travestis e transexuais. [...] A maior rede, passou dez anos com cinco gays, cinco identidades gays, se alternando em cargos da diretoria, onde o que ficava com as lésbicas e com as travestis são aqueles cargos hipotéticos que não são da diretoria, que são a vice-presidência trans, a vice-presidência lésbica. Vice-presidência trans e vice-presidência lésbica já é uma tristeza por si só, reflete que uma trans e uma lésbica não têm capacidade de conduzir a presidência. Se presidência é uma só. Por que não existe vice-presidência gay?<sup>51</sup> (Majorie Marchi, entrevista em 16/08/2010)*

Nessas falas, alguns pontos merecem maior atenção. Ser a “ponta de lança” e simultaneamente “a última da rabeira da sopa de letras” evidencia a percepção de certa manipulação política das travestis. Ao mesmo tempo em que figuram em primeiro lugar nas estatísticas de vitimização da população LGBT<sup>52</sup> e são tomadas como elementos visuais importantes em diversas manifestações do movimento, também são por diversas vezes diminuídas em sua participação nos espaços de direção política do movimento. A I Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em Brasília – DF em 19 de maio de 2010, tinha como “abre alas” uma faixa preta, carregada por travestis e transexuais

---

<sup>51</sup> A diretoria executiva da ABGLT é composta dos seguintes cargos: presidente, vice-presidente trans, vice-presidente lésbica, secretaria geral, secretaria de direitos humanos, secretaria de comunicação, secretaria de finanças e três suplências. Além disso, existem as secretarias regionais, uma para cada região do país, com um secretário e um suplente. As travestis que ocupam cargos na diretoria executiva são Keila Simpson (vice-presidente trans) e Tathiane Araújo (secretaria de direitos humanos).

<sup>52</sup> Segundo pesquisa realizada em diversas paradas do orgulho LGBT do Brasil, 70,8 % das “mulheres trans” (travestis e transexuais) relatam ter sofrido algum tipo de agressão verbal e 47%, agressão física. (CARRARA; RAMOS, 2005; CARRARA, RAMOS, SIMÕES, FACCHINI, 2006; CARRARA, RAMOS, LACERDA, MEDRADO, VIEIRA, 2006)

ligadas a ANTRA, com a frase “De Luto Pela TRANSFOBIA, E Você???”. Porém, apenas três travestis discursaram no carro de som durante a concentração da marcha e nenhuma delas fez uso do microfone durante o trajeto pela Esplanada dos Ministérios.

Outro ponto importante é a utilização da população de travestis como meio de angariar recursos de programas relacionados à AIDS para projetos das ONGs. Hoje, a população de travestis está dentro do grupo epidemiológico de “Gays, Travestis e outros HSH<sup>53</sup>” nas divisões do Ministério da Saúde. Todavia este cenário vem mudando com uma maior participação política das ONGs de travestis e transexuais, assim como de suas redes, e a elaboração da proposta de desvinculação da população de travestis do mesmo grupo epidemiológico dos gays.

Por fim, a posição de que o movimento de travestis e transexuais deveria ser separado do movimento LGBT é uma reconfiguração das tensões relativas à opção por uma forma de organização calcada em distinções identitárias rígidas. Tais distinções, que em um momento foram necessárias à incorporação de travestis e transexuais num mesmo movimento de gays, lésbicas e bissexuais, vêm se tornando pedra fundamental da organização interna do movimento possibilitando o surgimento de opiniões como a de Majorie.

### **A atual conjuntura**

Questionadas sobre a atual conjuntura do movimento de travestis e transexuais, minhas colaboradoras focam em pontos diferentes. Algumas avaliações se centram na organicidade do movimento, suas redes e a ocupação de cargos em suas diretorias. Outras parecem compreender o movimento para além de suas ONGs e redes oficiais, incluindo a realidade cotidiana de travestis e transexuais, principalmente as profissionais do sexo. Há ainda as que avaliam a conjuntura a partir das relações desenvolvidas pelo movimento com o poder público na construção de propostas de políticas públicas.

Nesse último ponto, é importante colocar a visão positiva que a maioria das lideranças expressa sobre os oito anos de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma forte expressão disso foram as repetidas avaliações positivas de seu governo durante o XVII ENTLAIDS, realizado em novembro de 2010 em Aracaju, assim como as

---

<sup>53</sup> Homens que fazem sexo com homens.

demonstrações de apoio e expectativas positivas com o governo de Dilma Rousseff. Por vezes durante o encontro, nos debates realizados pela manhã era possível ouvir a expressão “Bom Dilma!”, expressão essa que se popularizou nas redes sociais da internet durante a campanha eleitoral de 2010. Analisar esse fato como cooptação por parte do Governo Federal e das forças políticas associadas ao Partido dos Trabalhadores pode ser muito reducionista. É importante ter em mente a centralidade das políticas de reconhecimento para esse movimento. Um exemplo disso está na avaliação de Tathiane Araujo e Fernanda Benvenutty:

*Que [o movimento] avançou, que conseguiu **inserção positiva no governo federal**, que conseguiu construir algumas **agendas importantes assim com o legislativo**, mas que precisa de mais politização, de centrar mais onde quer chegar e com direcionamento político mais maduro. (Tathiane Araujo, entrevista em 19/11/2010)*

*O movimento de travestis e transexuais tem dado uma crescida... não uma crescida de pessoas aderindo ou de grupos, mas um aumento qualitativo e político. Nós aumentamos, nós crescemos na política. **Nós passamos a nos empoderar, nós passamos a dialogar com gestores públicos, com governos e... governos municipais, estaduais e federais**, nós, as travestis, estamos na frente, estamos indo falar por nós, estamos indo buscar isso. (Fernanda Benvenutty, entrevista em 19/05/2010)*

No que tange a certa concepção expandida do movimento ou os efeitos sobre a população de travestis e transexuais, destaco algumas avaliações:

*A gente tem um retrocesso... eu estou pensando, até um retrocesso bem grande.. Porque a questão da discriminação continua, a questão da epidemia da AIDS está aí... a gente não conseguiu avançar. (Marcelly Malta, entrevista em 16/06/2010)*

*Estamos avançando mais ainda porque à medida que nós criamos os grupos locais, nós estamos “desconscientizando” algumas meninas que para viver da prostituição não precisa estar pelada nas ruas... e isso, se a gente fizer uma retrospectiva, nós vamos ver que há anos atrás isso era mais freqüente . Hoje já muitas meninas têm a consciência de que... ela vestida, ela ganha o mesmo dinheiro de ela estar exposta, e ela não ficando exposta, ela não atrai, cada vez mais, o preconceito e a violência das ruas para ela. Quer dizer, isso é empoderamento, isso é amadurecimento político. (Fernanda Benvenutty, entrevista em 19/05/2010)*

Apesar de díspares, ambas as avaliações se centram nos impactos que as ações do chamado movimento organizado têm sobre a população de travestis e transexuais. Não me cabe julgar as que melhor se adéquam à realidade dessas pessoas, mas é claro que diferentes posições assumidas por essas lideranças podem gerar declarações diferentes. Para algumas, o fato das entrevistas serem realizadas para um trabalho acadêmico pode implicar a necessidade de mostrar um movimento forte que progride, enquanto outras podem fazer uso desse espaço para a denúncia do cenário cruel de violência e discriminação no qual vivem.

Além disso, nesses relatos, encontra-se uma menção as relações entre “as novas” e “as velhas”, “as carimbadas”. No XVI ENTLAIDS, realizado em dezembro de 2009 no Rio de Janeiro, houve uma reclamação de uma das “novas” com relação à postura das “velhas”:

*Ninguém explica realmente como se faz [mudança de prenome no registro civil] e quando a gente vai falar, as outras [as velhas] não deixam, elas querem falar mais do que quem está na mesa. E eu vou falar o que para as travestis da minha cidade? Não tem ninguém que fala como fazer as coisas. (diário de campo, 09/10/2009)*

A travesti que fez essas reclamações ao microfone foi procurada posteriormente por lideranças mais antigas. Nesse processo, várias dessas lideranças buscam aquelas que se mostram mais participativas e proeminentes nos debates a fim de estabelecer contatos em vista da renovação do movimento. Boa parte das movimentações para a proposição da sede de um próximo encontro ou para aprovação de alguma moção, envolvem em certa medida algumas das “novas”, não como protagonistas do processo, mas o apoio das mesmas parece dar mais legitimidade ao que se busca aprovar no encontro.

Além das “novas” e das “velhas”, outro grupo de militantes tinha visibilidade nesse encontro: “as anciãs”. Tal termo era utilizado de forma irônica por outras participantes para se referir a travestis mais velhas, com mais de cinquenta anos de idade. Entre elas destaco Welluma Brown, ex-chacrete, e Cláudia Wonder, que viria a falecer em 26 de novembro de 2010. Por parte dessas, há uma grande valorização dos trabalhos artísticos, principalmente aqueles que lembram os antigos shows de transformismo. Também é notável o quanto elas ressaltam o avanço nas possibilidades de vida de travestis e transexuais frente a um passado de violência extrema, localizado principalmente nos “anos de chumbo” da ditadura militar.

Sobre a organicidade do movimento, destaco primeiramente as avaliações mais otimistas, que partem das lideranças mais envolvidas com as estruturas oficiais do movimento. Entre elas, Jovanna Baby, presidente da ANTRA, afirma:

*Eu acho que o movimento de travestis está bastante coeso, assim... bastante estruturado. Não tem porquê não ter uma continuidade, uma amplitude maior. O que nos falta agora... o que nos falta ao movimento de travestis, é brigar para que as leis... para que surjam mais leis que nos beneficiem e que as que estão criadas nos favoreçam e nos fortaleçam mais. (Jovanna Baby, entrevista em 18/06/2010)*

Keila Simpson, por sua vez, diz:

*[O movimento está] Em processo, avanço e crescimento. Eu acredito que hoje as travestis estão ganhando mais técnica e essas técnicas que elas estão ganhando vai servir para um futuro. Eu vejo também que ele é um movimento que se renova a cada dia, já tinha falado isso anteriormente, mas eu quero*

*deixar bem marcado isso, porque na verdade essas técnicas que estão surgindo dentro desse espaço que é a ANTRA, elas conseguem contaminar, no bom sentido, ou conseguem pelo menos injetar nas meninas que estão chegando, novas, um pouco da experiência que elas adquiriram e com certeza essas meninas se tornaram futuras lideranças. (Keila Simpson, entrevista em 18/06/2010)*

Em contrapartida, há aquelas que demonstram certo pessimismo, com acusações de fraude e relatos de um racha no movimento com o surgimento de uma nova rede, a RedTrans. Essa é a posição, por exemplo, de Janaína Lima:

*Hoje, o movimento de travestis e transexuais está totalmente desarticulado. A gente teve agora a última eleição, que foi manipulada. [...] Da ANTRA. [...] a partir dessa nova diretoria a coisa desarticulou tanto que existe hoje uma rede paralela, que saiu de dentro dessa própria diretoria, olha como é louco. (Janaína Lima, entrevista em 04/07/2010)*

Indianara, envolvida na construção da RedTrans, afirma:

*Houve um racha... agora, há pouco tempo. As pessoas ainda me acusam de ter dado fora. [...] E mesmo quando eu me afastei, eu me afastei justamente por essas brigas, por essas picuinhas que eu acho que [...] só divide e não fortalece em nada. Então acabou que o movimento está rachado no momento. O movimento nacional... o movimento precisa se reconstruir, se unir novamente, se unificar novamente. (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

A RedTrans, a qual minhas colaboradoras se referem, tem como personagem central Liza Minelli, fundadora do Grupo Esperança, de Curitiba, e presidente da ANTRA em sua primeira gestão. Sobre o surgimento dessa nova rede, destaco algumas opiniões que demarcam três aspectos do problema.

Indianara, representante da RedTrans e defensora de Liza, diz:

*Na realidade, nós somos as fundadoras do movimento trans no Brasil... Jovanna Baby, Keila Simpson, eu, Liza Minelli... Éramos, creio que 18 ou 20... Marcela Prado, Janaína Dutra. Eu creio que se estamos vivas 8... as 8 ou 7 cavaleiras do apocalipse (risos)... é o máximo, não tem mais do que isso. Então, eu acho que tem que se formar novas lideranças. (...) Eu acabei não entrando (para ANTRA)... entrei só para a discussão, para a formação de nome, para escolha de nome e tudo isso. Mas acabei não entrando para a diretoria nem nada, porque eu já não me via mais necessária, já preferia que fosse dada essa articulação justamente para as novas lideranças, mas não foi o que aconteceu. E é esse o racha justamente que teve, porque as novas lideranças surgiram, não se sentiam... não visualizadas, mas não se sentiam aderidas pelas lideranças antigas à ANTRA. E aí surgiu justamente a RedTrans e até com as próprias diretoras da ANTRA. (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

Janaína, crítica à atuação da atual gestão da ANTRA, afirma:

*Então, existe uma rede chamada Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, houve uma eleição que foi manipulada, então esse grupo de pessoas que manipulou, conseguiu se eleger, dentro desse grupo de pessoas já houve um racha que... tem duas redes, tem a ANTRA e tem essa RedTrans. Quer dizer, a coisa está tão desarticulada, que São Paulo por exemplo não sabe o que está acontecendo... não responde... porque a ANTRA sempre teve esse papel, na gestão da Keyla Simpson que foi a presidente anterior, sempre teve esse papel de conseguir articular mesmo os estados, as lideranças e tal.*

[...] isso é uma fragilidade tremenda do movimento. (Janaína Lima, entrevista em 04/07/2010)

Por último, Fernanda Benvenutty, que, além de ter composto a diretoria da ANTRA quando Keila Simpson foi presidente, é uma forte defensora das grandes redes nacionais, como a ANTRA e a ABGLT, diz:

*Nós respeitamos toda e qualquer rede que vier a ser criada. Mas, nós no Brasil, travestis e transexuais, na sua maioria, não conhece nem reconhece essa rede. Nós reconhecemos a ANTRA como a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais. Mas, outra rede nacional, nós não conhecemos. Mas, isso não quer dizer que pessoas individualmente, ou grupos pequenos de pessoas tenham um pensamento... não concordem com a nossa política da ANTRA, a maneira de nós atuarmos politicamente, e queiram ser dissidentes e criarem uma rede. (Fernanda Benvenutty, entrevista em 19/05/2010)*

As reais motivações políticas para esse racha ainda parecem nebulosas. Liza continua participando da diretoria da ANTRA e presente em boa parte dos espaços nos quais estive. Creio que a polêmica que presenciei com relação a Liza no XVI ENTLAIDS, em dezembro de 2009, pode dar pistas sobre tais acontecimentos. Nesse encontro, foi apresentado um manifesto de militantes da Região Sul do país questionando a legitimidade de Liza como representante das travestis em espaços de interlocução com o poder público por ela não se apresentar 24 horas por dia como travesti e não possuir transformações corporais definitivas<sup>54</sup>. Esse manifesto, que foi aprovado como moção, tratava Liza por seu nome de registro, o que é considerado altamente ofensivo no movimento. Indianara fala sobre esse acontecimento:

*Por que uma pessoa que está no movimento desde o início, da fundação deste movimento, tem que ser repudiada agora? Por que agora? Então por que não foi repudiada desde o início? Por que para o início serviu? Para a base, para a fundação, para o alicerce serviu e agora não serve mais? Quer dizer que é assim que fazemos as coisas? Ou seja, não serve mais, agora vamos botar fora, vamos deixar de lado, vamos excluir? Não acho certo. Eu não acho isso certo. É como fizeram... Fizeram duas reuniões, duas oficinas com as definições do que é... Uma definia o que seria a definição para travesti a partir de 2010 e a outra definiria o que era a definição para transexuais a partir de 2010. Aí eu deixei bem claro que eu não entrava em nenhuma das duas definições... e quem não entrasse em nenhuma das duas definições, não representaria mais, não falaria mais em nome do movimento. Aí eu falei: “não, mas espera aí... quem são essas pessoas que chegam agora, que vêm dizer para mim que estou lá... que apanhei, que consegui, que briguei... que eu não represento o movimento agora?”. Isso é um absurdo. (Indianara, entrevista em 27/07/2010)*

Não posso afirmar que as tensões identitárias, que levaram a definições fixas sobre quem é travesti e quem é transexual por parte do movimento, são causas da polêmica com relação a Liza, pois também é possível que o debate identitário tenha sido

---

<sup>54</sup> A ausência de transformações corporais definitivas possibilitaria que ela circulasse como homem por diversos espaços sem sofrer a estigmatização cotidiana que as travestis sofrem, segundo suas opositoras.

utilizado como ferramenta política para o afastamento da referida militante. Independente dos reais motivos da polêmica, as definições identitárias se colocam como um ponto relevante na análise da conjuntura do movimento, como aparece em outras avaliações:

*A minha visão é em particular. [...] Eu vejo exatamente como acontece na Europa. A Europa tem uma unificação... Só existem transexuais, não existem travestis, o termo travesti só existe na América Latina e no Brasil. [...] Eu vejo todas como transexuais, apesar de muitas não quererem se identificar por n motivos, o que eu também compreendo, mas vejo todas como transexuais justamente porque não há essa concordância, do sexo biológico com o gênero que se vive atualmente. (Fernanda Moraes, entrevista em 18/11/2010)*

*[O movimento] É uma esquizofrenia né. Deixa eu contar um pouco dessa esquizofrenia. [...] Aí, o que acontece? Não era uma coisa só? [...] Quando você vai saindo desse espaço e vai pedindo sua liberdade e seu direito de identidade, de falar de si e ser representada por si própria ou por representantes que se assemelham a sua posição política. O que acontece? Elas vão se tornando essas letrinhas... L... G... B... T... T... daqui a pouco tem o I<sup>55</sup>, e assim vão se tornando (Bete Fernandes, entrevista em 17/06/2010)*

No cenário político, coloca-se atualmente uma tensão entre as identidades coletivas. Por um lado, uma argumentação de que “não se é uma mulher transexual”, mas “uma mulher que vivencia a transexualidade”, possibilitou a reivindicação de algumas militantes para ocupar espaços políticos destinados às mulheres. Por outro lado, houve o fortalecimento da política identitária de “ser travesti” e “ser transexual” pelos setores que permaneceram junto a ANTRA e ao movimento LGBT em geral. Essa posição tem por si só gerado conflitos em torno do que deve ser mais valorizado, uma suposta união em torno de uma nomenclatura única ou o respeito às identidades auto-atribuídas e suas multiplicidades. Nesse contexto, surge uma nova possibilidade: um movimento trans. Mais do que um suposto preciosismo de definição, creio que as tensões identitárias só podem tomar tamanha relevância porque elas mesmas mobilizam as ações do movimento.

## Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Apresenta informações sobre a ANTRA, o sitio parece desatualizado desde 2008. Disponível em: <[pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/index.html](http://pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/index.html)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

\_\_\_\_\_.; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-40, 2009.

---

<sup>55</sup> Pessoas Intersexo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Apresenta informações sobre a defesa dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e as ações da ABGLT. Disponível em:

<[www.abglt.org.br](http://www.abglt.org.br)>. Acesso em: 03 jun. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110p.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Normas e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 231p.

BENEDETTI, Marcos R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 181p. (Coleção Primeiros Passos; 328).

\_\_\_\_\_. *A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256p.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 4. ed. São Paulo: Graal, 2004. 179p.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 361p. (Coleção Estudos; 20).

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002. 190p.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. In: POCAHY, Fernando. (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: NUANCES, 2010. p. 45-59.

\_\_\_\_\_.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; LACERDA, P. M.; MEDRADO, B.; VIEIRA, N. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 5ª Parada do Orgulho GLBT – Pernambuco*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; SIMÕES, J. A., FACCHINI, R. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado (Saúde Coletiva), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 1482/1997. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 set. 1997. Seção 1, p. 20.944.*

Disponível em:

<[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm)>. Acesso em: 5 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1652 de 6 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a resolução CFM 1482/97. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 232, 2 dez. 2002. Seção 1, p. 80.* Disponível em:

<[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm)>. Acesso em: 5 maio 2010.



\_\_\_\_\_. Resolução nº 1955 de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/2002. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 set. 2010. Seção 1, p. 109-110. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm)>. Acesso em: 5 maio 2010.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304p.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.87-115

GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000. 256p

GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 541p.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2009. 291p.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-62, 2009.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. In: *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 249-281, 2005a.

\_\_\_\_\_. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005b.

NEWTON, Esther. *Mother camp: female impersonators in America*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1979.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2009. 264p.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.